



01 a 04 de
OUTUBRO
EVENTO GRATUITO

IV SIELLI

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA, LITERATURA E INTERCULTURALIDADE
III CONELI - CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
II SILCE - SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR LINGUAGENS, CULTURAS E EDUCAÇÃO
XXII ENCONTRO DE LETRAS DO CÂMPUS CORA CORALINA

EDUCADORES QUE PROMOVEM A FORMAÇÃO DE LEITORES SOB A ÓTICA DO PNLD LITERÁRIO

EDUCATORS WHO PROMOTE THE TRAINING OF READERS FROM THE PERSPECTIVE OF THE LITERARY PNLD

Meire Cristina Costa Ruggeri (UFCAT)¹

Silvana Augusta Barbosa Carrijo (UFCAT)²

Resumo: O presente estudo intenciona investigar o ensino da leitura literária na prática pedagógica de professores da Educação Básica, buscando uma reflexão acerca da formação docente em decorrência da importância da formação continuada dos/as professores/as para assegurar uma educação de qualidade para todos, bem como das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos bases teóricas alicerçadas em escritos científicos sobre o tema central, por meio de estudo bibliográfico, caracterização explicativa sobre o assunto e análise crítica. Para o MEC, O PNLD literário como política pública de fomento e formação de leitores, desenvolve ações que contribuem para a formação do docente e para aprendizagem das crianças com vistas a promover simultaneamente a compreensão leitora e a fruição. Porém, o que podemos perceber é que a política de formação docente proposta ainda é falha, não atendendo as reais necessidades dos professores e das escolas no tange à formação de leitores.

Palavras-Chave: Formação Docente. Leitura. PNLD literário.

Abstract: The present study intends to investigate the teaching of literary reading in the pedagogical practice of Basic Education teachers, seeking a reflection on teacher training due to the importance of continued training of teachers to ensure quality education for all, as well as of pedagogical practices developed in the classroom. To develop the work, we used theoretical bases based on scientific writings on the central theme, through bibliographic study, explanatory characterization on the subject, and critical analysis. For the MEC, the literary PNLD as a public policy for promoting and training readers, develops actions that contribute to teacher training and children's learning to simultaneously promote reading comprehension and enjoyment.

¹ Concursada - Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde: atua como diretora escolar (ensino rural). Tem experiência como coordenadora pedagógica, nas áreas de Letras e de Pedagogia, com ênfase em ensino de Língua Portuguesa, em alfabetização e em formação de professores. Mestra em educação pela UFG, Campus -Catalão (2014-2016). Desenvolve pesquisas no campo da literatura infantil e formação de leitores. Doutoranda de Estudos Literários da UFG/ UFCAT (2021-).

² Professora Associada IV da Universidade Federal de Catalão - Instituto de Estudos da Linguagem, atuando nos cursos de Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Mestrado e Doutorado). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Estudos Literários, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura e literatura; literatura infantil; literatura juvenil; imaginário, relações entre ficção e memória; literatura de autoria feminina e estudos de gênero (gender).



However, what we can see is that the proposed teacher training policy is still flawed, not meeting the real needs of teachers and schools in terms of reader training.

Keywords: Teacher Training. Reading. literary PNLD.

INTRODUÇÃO

A educação literária é primordial para uma formação homniteral. Entretanto, para que ela ocorra com proficiência é necessário repensar a formação dos formadores de leitores. No contexto da educação básica, o PNLD literário, política pública responsável pela distribuição e circulação de livros literários nesse segmento tem por presunção desenvolver ações que visem a formação docente e a evolução dos aprendizes no tange ao conhecimento da leitura literária.

A proposta de uma educação literária que consiga formar leitores não permite uma formação reducionista e limitadora do profissional responsável pelo ensino na educação básica. Para tanto, é imprescindível apresentar aos sujeitos toda a complexidade relacionada à cultura, à sociedade, ao contexto histórico e ao econômico (Dalvi, 2018). Mas, se analisarmos a proposta de formação do PNLD literário 2018 para os docentes, observaremos que esta limita-se a sugerir um material de apoio, uma espécie de “cartilha”, “roteiro de estudo” para ser desenvolvido com os aprendizes:

4.2. As obras literárias serão compostas pelo livro do estudante impresso e poderão conter material digital de apoio ao professor³.

4.2.1. O material digital de apoio ao professor é facultativo e sua avaliação não condiciona a aprovação ou a reprovação da obra impressa à qual esteja vinculado.

4.2.2. O material digital de apoio ao professor, se disponibilizado pela editora, será considerado parte integrante da obra literária destinada ao professor. (Brasil, 2018)

Segundo o guia digital do PNLD literário 2018, este material objetiva oferecer propostas de trabalho com LIJ que visem: situar o autor e sua obra, incentivar a leitura e valorar a obra literária de acordo com suas características, além de oferecer suporte para atividades de pré-leitura e pós-leitura. Embora haja ênfase para que tais atividades seja vinculadas à temática e conteúdos doas

³ Após críticas de pesquisadores, esse primeiro edital do PNLD Literário optou por apenas sugerir o material de apoio. No entanto, os editais subsequentes apresentam a exigência desse material. A esse respeito, o professor Marcos Scheffel da UFRJ publicou um texto elucidativo na revista *Signum: Estudos da Linguagem*. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/issue/view/1737>.



obras, o principal fato a ser questionado é se a proposta mantém o equilíbrio entre o valor estético das obras e a formação do leitor, aspecto que se considera primordial.

Reconhecer que uma obra literária precisa atender parâmetros que se relacionam tanto com a formação leitura e que, entretanto, não deixem de avaliar a qualidade estética-embora saibamos que se tratam de critérios subjetivos- é uma questão basilar para que tais propostas venham, com efeito, cumprir seu papel e não se tornem uma espécie roteiro predeterminado e limitante da ação pedagógica.

CONCEPÇÕES DE LEITURA E O PAPEL DAS POLÍTICAS

As políticas públicas brasileiras voltadas para a formação de leitores, assim como outras são marcadas pela descontinuidade. Essas interrupções afetam a administração pública em todos os seus níveis: federal, estadual e municipal, o que, por sua vez, prejudica a sociedade brasileira como um todo. Nota-se que as agendas são dominadas por políticas governamentais ao invés de políticas de estado. As justificativas que ancoram decisões, substituições ou rompimentos dessas propostas são frequentemente desmerecidas com o intuito de garantir uma possível reeleição ou a criação de um sucessor, em vez de se dedicar a formular uma política pública robusta, eficiente e realmente alinhada às necessidades da população. A substituição do PNBE pelo PNLD literário é um bom exemplo dessa descontinuidade.

A suspensão de iniciativas políticas e as mudanças bruscas de prioridades ocorrem frequentemente devido a interesses políticos, sem levar em conta as possíveis qualidades ou méritos das ações que foram interrompidas e, sobretudo, a necessidade da sociedade como um todo. Isso resulta em um desperdício de recursos públicos e, especialmente, no caso da substituição do PNBE pelo PNLD literário, em perda de memória, conhecimento institucional e na questão da formação docente, proposta evidenciada no programa anterior, o PNBE. Paiva considera que:

As políticas públicas podem ser entendidas como a materialização do Estado, já que a sua formulação tem uma relação direta com o modelo de sociedade vigente ou a ser implantado. Em particular, são as políticas culturais e, sobretudo, educacionais que dão concretude e visibilidade ao modelo de sociedade a ser implantado pelo Estado, por meio de seus



governos, sendo elas parte de um plano mais geral que visa ao desenvolvimento socioeconômico do país (Paiva, 2016).

Partindo da concepção expressa acima, nota-se que o PNLD literário carece de propostas que considerem a relevância da formação inicial ou continuada dos professores da educação básica que garantam não só a continuidade das políticas públicas de formação leitora, mas que venham dar materialidade a ações que visam formar cidadãos mais críticos e reflexivos.

A concepção de leitura nessa proposta é um outro aspecto importante a ser considerado. De acordo com o Guia Digital- 2018, as obras selecionadas precisam atender os seguintes critérios:

Para os anos iniciais do ensino fundamental, as obras devem continuar estimulando a escuta/leitura de textos em suas potencialidades multissemióticas; porém, deve-se expandir, paulatinamente, o repertório de gêneros literários e de temas, possibilitando que os estudantes entrem em contato com textos que rompam com seu universo de expectativa, representando um desafio em relação às leituras anteriores. Nessa perspectiva, deve-se haver um maior investimento na reflexão que os estudantes têm sobre si próprios, os outros e o mundo que os cerca, a partir de uma sofisticação progressiva no uso de recursos da linguagem literária (Brasil, 2018, p. 30).

Como se vê a abrangência da PNLD enquanto política pública não define concepção de leitura. A amplitude de concepções genéricas acabam por dificultar o trabalho do professor que conforme enfatizado nem sempre possui a formação necessária ao desenvolvimento das habilidades que se espera do aluno e que estão expressas no Guia digital. Assim sendo, acredita-se que não é possível dissociar a formação do leitor da capacitação do docente da educação básica.

Ramalhete (2022) enfatiza duas reflexões significativas em se tratando da formação de leitores no âmbito das políticas públicas. A primeira é que as políticas precisam ser vistas como maneiras de intervenção do Estado e são elaboradas com base em uma lógica econômica vigente. No contexto atual, sobre a lógica do neoliberalismo. A segunda é que se precisa pensar a literatura e seu ensino a partir de uma conexão com uma realidade sócio-histórica. No caso das políticas voltadas para a formação do leitor, a falta de continuidade serviu até então para supressão ou enfraquecimento.



A conexão entre a literatura e a realidade sociocultural é evidente e os textos literários, mesmo ao refletirem simbolicamente a realidade, proporcionam ao leitor a oportunidade de experienciar realidades distintas da sua. Considerando essas interpretações sobre a necessidade de uma educação literária que possa contribuir para a formação de um leitor reflexivo, Zilberman (2003) ratifica que a literatura a ser ensinada deve ser aquela que

(...) sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade, que tem amplos pontos de contato com que o leitor vive cotidianamente. Assim, por mais exacerbada que seja a fantasia do escritor ou mais distanciadas e diferentes as circunstâncias de espaço e tempo dentro das quais uma obra foi concebida, o sintoma de sua sobrevivência é o fato de que ela continua a se comunicar com seu destinatário atual, porque ainda fala de seu mundo, com suas dificuldades e soluções, ajudando-o, pois, a conhecê-lo melhor (Zilberman, 2003, p. 25).

Dalvi (2019) faz indispensável reflexão sobre a redução da criatividade em outro documento oficial, a BNCC. Para a pesquisadora, o documento faz uma redução da criatividade a uma dimensão instrumental. Tal fato não difere da proposta de um material de apoio no PNLD literário. A criatividade a ser exercida no confronto de fantasia e realidade, conforme destaca Zilberman na citação acima não é inata ou espontânea, é fruto da interação com outros sujeitos e na educação básica é um processo propositadamente desenvolvido nas relações com os outros e por meio da ficção, imaginação e no debate entre indivíduos.

No entanto, para que o ensino da literatura produza sentido e possa potencializar os indivíduos para usufruírem dos conhecimentos produzidos historicamente é necessário que a especificidade do trabalho docente seja contemplada de modo a superar a ideia da criatividade como algo que nasce com o aprendiz (Dalvi, 2019). Desse modo, a literatura terá papel fundamental no desenvolvimento da criatividade e na busca da superação de problemas sociais por meio do brinquedo e da simbolização e no processo de construção conceitual. Dito de outro modo, “[...] necessariamente, tudo o que nos cerca e foi feito pelas mãos do homem, todo o mundo da cultura, diferentemente do mundo da natureza, tudo isso é produto da imaginação e da criação humana que nela se baseia” (VYGOTSKY, 2009, p. 14). Currículos esvaziados e ensino instrumentalizado que não abrem espaço para a criatividade não se traduz em uma educação literária capaz de ser o agente de transformação social que se acredita ser o papel do ensino da literatura na educação básica.



Se a concepção de ensino de leitura literária for a que se busca expressar aqui, não se pode dissociar da ideia de que

Uma educação literária efetiva precisa ir além de ensinar a ler textos literários. É necessário defrontar o sujeito com a complexidade (cultural, social, histórica, econômica...) das práticas atinentes ao literário, para que o próprio sujeito possa entender que literatura não se reduz à escrita e à leitura de obras: há toda uma intrincada e sedutora teia de trabalho, filiação, valorização e escolhas que, se não vem à tona, fica esquecida, e não mobiliza e engaja os sujeitos que têm diferentes interesses, perfis, modos-de-ser no mundo (Dalvi, 2018, p. 3).

Por essa razão, o desenvolvimento profissional dos professores, especialmente aqueles responsáveis pela formação de leitores na educação básica não pode deixar de ser priorizada em uma política pública de formação do leitor.

No que diz respeito à política pública de formação de leitores, o Decreto n. 9099/2017 promove a integração do PNBE ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com isso, a distribuição de obras literárias nas escolas brasileiras deixa de considerar a formação do professor no âmbito que vinha sendo estruturada. A alteração aconteceu em decorrência da Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece uma nova gestão fiscal com um congelamento dos investimentos em educação por um período de vinte anos. O acervo do PNLD literário de 2018 foi o primeiro a ser realizado pelo governo federal sob o novo formato.

Conforme apresentado no Guia Digital (Brasil, 2018), “o PNLD é uma política pública implementada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação, MEC, que visa avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de maneira contínua e gratuita”. Nota-se que não se faz uma distinção específica para o livro literário, o que pode comprometer a formação dos docentes na abordagem da leitura literária.

Nesse cenário, os professores responsáveis pela formação de leitores têm suas ações definidas por essa política educacional, mesmo sem receber capacitação específica sobre o que e como ensinar a leitura literária ao longo da educação básica. Apesar de demonstrar preocupação com a qualidade do ensino, o documento ignora a diversidade e as desigualdades sociais presentes nas escolas em todo o Brasil.



A atuação do professor de educação básica deve concentrar-se em aspectos teóricos e metodológicos ligados ao ensino da literatura, à mediação da leitura e à formação de leitores, levando em conta que a formação desse leitor está em processo de construção. As diretrizes para a formação docente contidas nos documentos oficiais têm como principal objetivo aprimorar a qualidade do ensino através de técnicas, aquisição de conteúdo e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Entretanto, é fundamental avaliar se a aprendizagem oferecida corresponde às necessidades formativas dos docentes para o ensino da leitura literária.

Diante dessas considerações, pode-se concluir que, enquanto uma análise mais aprofundada dos materiais didáticos sobre a leitura literária revela que a formação de professores nem sempre abrange diversos aspectos essenciais do seu trabalho, é igualmente importante investigar até que ponto essa abordagem limita sua prática. Dessa forma, surgem perguntas como: como os professores são preparados para abordar a leitura? Qual seria o tempo adequado para discutir os fundamentos do ensino da leitura literária nas escolas? Que metodologias são utilizadas e, principalmente, se os docentes conseguem aplicar e integrar as teorias estudadas em sua prática pedagógica.

Imbernón (2011) aborda essas questões, enfatizando que a formação continuada de professores deve focar no desenvolvimento pessoal. Argumenta que é necessário fortalecer uma nova cultura educacional capaz de criar novos processos tanto na teoria quanto na prática formativa, apresentando novas perspectivas e metodologias. Em síntese, isso envolve promover uma formação abrangente não apenas para os alunos, mas especialmente para os educadores.

O preparo dos indivíduos responsáveis por promover a leitura é crucial para que iniciativas como o PNLD literário se efetivem, tendo em vista a formação de leitores como portadores da cultura escrita. Em outras palavras, é possível afirmar que as políticas educacionais brasileiras, como o PNLD, não configuram verdadeiramente uma política pública de promoção da leitura e não atendem às necessidades reais de professores e instituições de ensino. Observa-se que muitos educadores se veem na posição de oferecer aos alunos aquilo que não possuem. Uma prática dissociada das questões que emergem das exigências socioculturais e teóricas relacionadas ao ensino da leitura literária não conseguirá formar um professor mediador de leitura conforme as



demandas da sociedade contemporânea. O progresso nesse âmbito passa pela valorização do docente. Nesse contexto, é relevante lembrar, conforme ressalta Maldaner em sua análise sobre a formação de professores de Química — aplicação válida também para a formação dos docentes voltados ao ensino da literatura — que tal processo “requer condições concretas de participação dos professores em um movimento de baixo para cima (...) qualificar os professores em exercício e permitir sua profissionalização” (MALDANER; 2000, p. 22). É imprescindível desenvolver uma política pública que valorize os professores e aborde amplamente tanto a questão da formação docente quanto as condições laborais, para que esses profissionais reconheçam a leitura literária como um elemento fundamental para fomentar a criatividade e aprimorar a inteligência.

PARA CONCLUIR

A ausência de continuidade em políticas como o PNLD literário, as alterações nos orçamentos prioritários, especialmente na educação, e a formação adequada dos professores da educação básica são alguns dos elementos que afetam negativamente a instrução eficaz no que diz respeito ao ensino da leitura no Brasil. Vale ressaltar que o governo brasileiro é um dos maiores compradores de livros didáticos do mundo, mas não atribui a mesma relevância aos livros literários. Além disso, é importante lembrar que apenas distribuir livros não é suficiente para formar leitores. A democratização do acesso aos livros representa apenas uma das várias iniciativas a serem implementadas. Enfatiza-se que um ensino eficaz da leitura literária só será alcançado quando houver uma atenção especial à formação docente, pois somente assim é possível assegurar um processo de ensino-aprendizagem que leve em conta as particularidades da leitura literária como promotora de processos constitutivos do “desenvolvimento subjetivo, identitário, cognitivo, interpessoal e social” (Dalvi, 2018, p. 17).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia Digital PNLD-literário 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível



em:<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/guia-pnld-literario-2018>. Acesso em 18 set. 2024.

DALVI, M. A. Formação de leitores e educação literária: uma base que desaba. **Voz da literatura**, n.07, p. 13-17, 2018.

DALVI, M. A. **Criatividade na BNCC e em pesquisas atinentes à educação literária: indagações e desvelamentos**. Revista Desenredo, v. 15, n. 2, p. 283–300, 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/9900>. Acesso em 12 out. 2024.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**, Porto Alegre: Artmed, 2011.

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química: professores pesquisadores**. Ijuí: ed. Unijuí, 2000.

NOGUEIRA, F. A. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 2006. 139 f. Dissertação de Mestrado, apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PAIVA, A. Políticas públicas para a educação literária. In: **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores**. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2016, s/p. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/apresentação>. Acesso em 30 set. 2024.

RAMALHETE, M. P. Literatura e as políticas educacionais: o querem a que(m) servem? **Voz da literatura**, n.12, p. 1-12, 2022.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. Maria da Penha Villa-Lobos 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

ZILBERMAN, R. **A Literatura Infantil na Escola**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 2003.